

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.681, DE 2001

Dispõe sobre a dublagem de filmes estrangeiros importados para exibição através de radiodifusão de sons e imagens (televisão) por assinatura e fitas ou discos para o vídeo.

Autor: Deputado ALDO REBELO

Relator: Deputado JULIO LOPES

I - RELATÓRIO

O projeto em exame prevê a obrigatoriedade de que a dublagem e legendagem de filmes estrangeiros (importados para exibição por meio de radiodifusão, ou com transmissão direta, via satélite, de sons e imagens dos serviços de televisão por assinatura e ainda de fitas ou discos para vídeos) seja realizada em território nacional, por profissionais devidamente habilitados.

Na Justificativa, o Autor assinala que “A dublagem não está sendo realizada em território nacional, no caso de filmes para televisão, para os serviços de TV por assinatura e para as fitas ou discos para vídeos”, pelo que a sua qualidade tem sido péssima, uma vez que “tem sido feita por pessoas que desconhecem a nossa língua, muitas vezes utilizando termos em inglês ou espanhol”, despropositadamente.

A matéria vinha sendo regida, até o presente momento, por normas infralegais, a exemplo do Decreto nº 544, de 31 de janeiro de 1962, que estabeleceu a obrigatoriedade de dublagem de filmes estrangeiros para a televisão, e a Resolução nº 55, de 29 de agosto de 1980, do Conselho Nacional

de Cinema – CONCINE, que estabelece que essa dublagem seja realizada obrigatoriamente em território nacional.

A proposição foi encaminhada à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, sendo ali Relator o Deputado Bispo Wanderval, o qual registrou em seu voto que o “crescimento vertiginoso da veiculação de filmes produzidos em língua estrangeira em nosso país”, em consequência do advento da televisão por assinatura e da disseminação da locação e venda de fitas e discos para videocassetes e DVDs, “veio, infelizmente, acompanhado de uma queda na qualidade da dublagem e da legendagem desses filmes. Para isso, contribui, com certeza, o fato de que a tradução dos *scripts* dos filmes, etapa inicial do processo, bem como a dublagem e legendagem, é muitas vezes feita por profissionais não habilitados e fora do País, por pessoas que conhecem precariamente a língua portuguesa”.

O Relator optou por apresentar, naquela Comissão, substitutivo de sua lavra, ampliando o alcance da proposição, ao determinar que a etapa de tradução, a seu ver a mais importante, fosse também abrangida pela obrigatoriedade de sua realização em território nacional, e adequando a técnica legislativa aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, o qual foi aprovado, com a apresentação de voto em separado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, no entanto, reformulou o seu voto, opinando no sentido da não prejudicialidade do projeto, e, portanto, pela sua aprovação.

A matéria vem a esta Comissão para dar continuidade ao exame do mérito da proposição sob o ângulo específico das disposições do art.32, IV, do Regimento Interno.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição tem o condão de defender a qualidade dos serviços prestados pelas emissoras de radiodifusão de sons e imagens e por

operadoras de televisão por assinatura, bem como na comercialização de fitas e discos para vídeos.

Apesar de louvável, a iniciativa do nobre Deputado Aldo Rebelo, o PL nº 4.681/01 não merece ser aprovado pelos motivos abaixo relacionados.

Tanto o autor do presente projeto, como o seu relator na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), justificam a aprovação do PL nº 4.681/01 no fato de as traduções, legendagem e dublagem de filmes estrangeiros exibidos no Brasil estarem sendo feitas no exterior, o que acarretaria uma queda na qualidade na prestação desses serviços, vez que realizados por pessoas que desconhecem a língua portuguesa.

Data venia, não assiste razão aos nobres deputados. Poderíamos dizer que a totalidade dos filmes estrangeiros exibidos, transmitidos, veiculados e comercializados no Brasil são traduzidos, legendados e dublados no país por brasileiros. Nesse sentido, desnecessária a aprovação do presente projeto, vez que o próprio mercado já adotou as medidas que melhor lhe convêm, qual seja, traduzir, legendar e dublar os filmes estrangeiros no país.

Ademais o problema da baixa qualidade das traduções se dá não porque os filmes são traduzidos no exterior, e sim em razão de outros fatores, tais como: corte de custos por parte dos laboratórios de tradução, legendagem e dublagem; contratação de mão-de-obra não qualificada por parte dos laboratórios de tradução, etc. Este problema seria agravado caso o presente projeto fosse aprovado, vez que os prestadores de serviços de tradução, legendagem e dublagem teriam oferta de trabalho garantida mesmo que o serviço não fosse de boa qualidade. A intervenção do Estado nesta atividade poderia trazer consequências danosas não somente ao setor de entretenimento, como também aos consumidores que seriam obrigados a consumir produtos de baixa qualidade.

Por fim, vale salientar que a aprovação do presente projeto deixaria o mercado sem outra opção para os serviços em questão. No caso de um eventual excesso de oferta de serviço, superior ao que os tradutores e os laboratórios de legendagem e dublagem possam processar, ou greve dos profissionais da área, os distribuidores de filmes estrangeiros, as emissoras de

televisão, os canais de TV por assinatura, e outros meios de comunicação, não poderiam traduzir seus filmes no Brasil e ficariam sem opção de contratar estes serviços em outros países.

Pelo exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.681, de 2001

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado JULIO LOPES

Relator